



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 02/2020/CTAL/CNRH/MDR

Referência: 59000.011644/2020-28

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.**

1. **INTRODUÇÃO**

Este Parecer apresenta a análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, referente à proposta de revisão do Regimento Interno do CNRH, instituído pela [Portaria nº437](#), de 8 de novembro de 2013, em face da edição do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, que passou a regulamentar o Colegiado. A análise da matéria foi demandada à CTAL pelo plenário, na 42ª Reunião Extraordinária do Colegiado, em 11 de dezembro de 2019.

Na primeira reunião da CTAL, realizada nos dias 6 e 7 de fevereiro, foi criado o Grupo de Trabalho com a incumbência de adequar o atual Regimento Interno face às mudanças trazidas pela referida norma.

Nos dias 12 e 13 de março de 2020, durante a 2ª Reunião da CTAL, o documento consolidado pelo GT foi analisado, oportunidade em que foram realizados aperfeiçoamentos ao texto, conforme documento anexo.

2. **ANÁLISE**

Considerando que o atual Regimento Interno foi o resultado de um amplo debate, que culminou com a sua aprovação em 2013, foi acordado que as alterações a serem aduzidas seriam pontuais, no sentido de adequá-lo ao Decreto nº 10.000/2019.

Na tabela a seguir estão discriminadas as principais adequações realizadas pelo GT e as complementações sugeridas pela CTAL (texto destacado em vermelho).

REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CNRH

**CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE**

O artigo 1º e seus incisos foram adequados ao Decreto nº 10.000/2019.

A CTAL sugeriu a inserção de um inciso, para incluir a competência do CNRH para se manifestar sobre a elaboração e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme prevê a legislação do saneamento.

XXIV – apreciar a proposta e as revisões do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme legislação aplicável.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Seção I Da Estrutura	Foi adequada a redação ao quadro legal vigente, conforme disposto no art. 2º, do Decreto nº 10.000/2019.
Seção II Da Composição	Foi adequada a redação ao quadro legal vigente, conforme disposto no art. 3º, do Decreto nº 10.000/2019.
Seção III Do Funcionamento do Plenário	<p>Foi adequada a redação ao quadro legal vigente, conforme disposto no art. 7º, do Decreto nº 10.000/2019.</p> <p>A CTAL sugeriu a inclusão de um §3º, no art. 6º, no sentido de flexibilizar, mediante justificativa, o prazo de envio dos documentos complementares pela Secretaria Executiva quando da convocação das reuniões plenárias:</p> <p>§ 3º Excepcionalmente, mediante justificativa, a Secretaria-Executiva poderá encaminhar documentos complementares em separado, em prazo não inferior a sete dias.</p> <p>No art. 8, adequou-se a redação do inciso I, retirando do texto a expressão “instituição ou extinção de câmaras especializadas, comissões e grupo de trabalho”, para manter coerência com o art. 9º, do Decreto nº 10.000/2019:</p> <p>I - resolução: quando se tratar de deliberação vinculada às suas competências legais;</p> <p>No art. 11, referente aos requerimentos de urgência, foram adequados os §§ 1º e 2º, para refletir as proporções de representatividade, em razão do atual quadro de conselheiros.</p> <p>No art. 12, foi proposto um prazo para que a matéria, objeto do pedido de vista, retorne à plenária, bem como foi adequada a redação sobre a sanção a ser aplicada, caso a instituição solicitante não apresente o parecer na data estabelecida pelo plenário:</p> <p>§ 2º Caso o pedido de vista seja aprovado, a matéria em apreciação deverá constar da pauta da reunião plenária subsequente, ordinária ou extraordinária, em prazo não superior a noventa dias, ocasião em que será exposto o parecer do membro que requereu vista.</p> <p>§ 10 Na hipótese de não apresentação no prazo regimental, o parecer será desconsiderado e a instituição requerente será advertida por escrito e suspensa para novo pedido de vista na reunião subsequente.</p> <p>No artigo 13, que trata da retirada de matéria da pauta, substituiu-se a terminologia <u>presidente</u> de Câmaras Técnicas por <u>coordenadores</u> de Câmaras Técnicas, mudança de designação que passará a ser adotada em todo regimento:</p> <p>Art. 13. Qualquer matéria poderá ser retirada de pauta mediante justificativa de seu proponente ou dos coordenadores das Câmaras Técnicas que a analisaram, quando</p>

	<p>houver alteração substancial do seu conteúdo.</p> <p>No art. 15, foi alterado o prazo para a manutenção e guarda dos áudios das gravações das reuniões pela Secretaria-Executiva de dois para cinco anos.</p>
Seção IV Das Câmaras Técnicas	<p>Foi adequada a redação da Seção IV ao quadro legal vigente, conforme disposto no art. 9º, do Decreto nº 10.000/2019, que trata das câmaras técnicas:</p> <p>Art. 21. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será constituído por 6 (seis) Câmaras Técnicas, com caráter permanente, que serão compostas por nove a dezessete membros, indicados pelos representantes das instituições que compõem o Conselho, sendo: (...) São elencadas as seis câmaras técnicas e respectivas competências.</p> <p>Foi inserido o §2º, definindo o período em que se dará a revisão da composição das CTs:</p> <p>§2º A composição das Câmaras Técnicas será revista a cada quatro anos, admitida a recondução, e será definida na primeira reunião de início de novo mandato do Conselho.</p> <p>No art. 27, foi inserido um parágrafo único para prever que em reuniões conjuntas de Câmaras Técnicas, o voto de qualidade é do coordenador da câmara técnica proponente da reunião.</p> <p>Art. 27. As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria dos membros presentes, incluindo o seu coordenador, a quem cabe o voto de qualidade.</p> <p>Parágrafo Único: Na hipótese de reunião conjunta cabe o voto de qualidade ao coordenador da câmara técnica proponente da reunião.</p>
Seção V Dos Grupos de Trabalho	<p>Foi adequada a redação ao quadro legal vigente, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 9º, do Decreto nº 10.000/2019.</p> <p>Art. 31. O Plenário, por resolução, e as Câmaras Técnicas, por comunicação, poderão criar grupos de trabalho, em caráter temporário, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência, observadas as seguintes condições: I - composição por, no máximo, 10 (dez) membros; II - duração não superior a 1 (um) ano; III - finalidade determinada; e IV - quantidade máxima de 3 (três) grupos de trabalho em funcionamento simultâneo em cada Câmara Técnica.</p> <p>A CTAL propôs que os grupos de trabalhos criados pelo plenário sejam institucionalizados por meio de resolução, e aqueles instituídos pelas Câmaras Técnicas por comunicação.</p>
Seção VI Das Atribuições dos Membros do Colegiado	<p>Para adequar ao disposto no § 5º, art. 6º, do Decreto nº 10.000/2019, foi incluído no art. 37, o inciso XII, referente à edição de atos <i>ad referendum</i> do Plenário.</p> <p>Art. 37. Ao Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos incumbe: XII - expedir atos <i>ad referendum</i></p>
Seção VII Da Secretaria- Executiva	<p>Foi proposta a inclusão de um inciso IV, no art. 41, para refletir o disposto no § 2º, art. 4º, do Decreto nº 10.000/2019.</p> <p>Art. 41. À Secretaria-Executiva compete: [...]</p>

IV – promover a articulação com a Agência Nacional de Águas para os encaminhamentos das demandas solicitadas pelas Câmaras Técnicas e pelo Plenário.

CAPÍTULO III **DA COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA**

No Regimento Interno em análise, o Capítulo III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, incluía os dispositivos referentes à comissão permanente de ética.

A CTAL propôs a inclusão de um capítulo específico para este assunto.

O texto referente à comissão permanente de ética foi amplamente debatido, especialmente quanto as implicações legais de se aplicar as sanções previstas no art. 48, do atual regimento interno (advertência, suspensão e exclusão).

Concluiu que deveria ser utilizado como balizador da matéria o Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, em especial o disposto nos incisos XVI e XXIV, do anexo do referido decreto, conforme abaixo:

XVI - Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

XXIV - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

Com este entendimento a redação foi ajustada com a seguinte redação:

Art. 43. A conduta de Conselheiro ou seu representante **nas instâncias do Conselho, estará sujeita ao disposto no Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994.**

Foram excluídos todos os artigos que faziam menção às sanções.

CAPÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Foram mantidas aquelas previstas no atual regimento

Art. 52. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 53. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados pelo Presidente, ouvido o Plenário.

3. CONCLUSÃO

Concluída a análise, encaminha-se para deliberação do plenário a proposta de revisão do Regimento Interno, anexa a este parecer, com as complementações realizadas pela CTAL, destacadas em vermelho, no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho.

Este parecer foi elaborado pela Relatora da CTAL, Roseli dos Santos Souza, com base nos encaminhamentos acordados pelos membros da Câmara Técnica presentes à reunião.

Em 09 de junho de 2020.

RENATO SARAIVA FERREIRA

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 15/06/2020, às 22:28, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1907646** e o código CRC **10A6CC65**.